

---

## A FOME E VIOLÊNCIA CONTRA OS POBRES NO PERÍODO PERSA: UMA ANÁLISE DE NEEMIAS 5,1 E JÓ 24\*

---

DOI 10.18224/frag.v33i2.13325

LUIZ ALEXANDRE SOLANO ROSSI\*\*

SANDRO PEREIRA\*\*\*

*Resumo: enquanto uma minoria desfrutava da fartura, a tríade: fome, violência e escravidão perseguia as comunidades pobres no período persa. Judá, o mais pobre dos territórios ao redor, padecia de um processo de empobrecimento e de exploração duplos. O tributo cobrado pelo Império Persa, acrescido do tributo cobrado pelo templo de Jerusalém, aparece com toda sua força e violência. O artigo quer mostrar que os livros de Neemias e Jó, retratam o intenso conflito social do período. A viúva, o órfão e os pobres são os principais atingidos. A dor da fome, a visão dos filhos e filhas sendo escravizados e a dívida que aumentava se intensifica quando se compreende que à totalidade dessas tragédias, soma-se a ausência da solidariedade daqueles que deveriam se comportar como irmãos. O eco das mulheres que protestaram naquela época, ecoa na história o clamor dos escravos no Egito, atualizando a teologia do êxodo. As vozes das mulheres pobres nos livros de Neemias e Jó ecoam o “escândalo intolerável” que se vê no “Celeiro do mundo”, aonde os cuidados para com o órfão, a viúva, o indigente, os pobres e os estrangeiros, continuam sendo precários. Nesse sentido, o artigo propõe refletir a missão da Igreja em meio à fome que se espalha; em meio ao clamor dos famintos de hoje, no ano em que a Campanha da Fraternidade retoma a temática: “Fraternidade e Fome”, recordando o imperativo do Cristo: “Dai-lhes vós mesmos de comer!” (Mt 14,16). A ordem em que Jesus convida à responsabilidade mútua, ainda é um imperativo para o círculo dos discípulos e discípulas de hoje.*

Palavras-chave: *Violência, Pobreza. Fome. Fraternidade.*

---

\* Recebido em: 19.04.2023. Aprovado em: 12.06.2023.

\*\* Pós-doutor em História Antiga pela UNICAMP e em Teologia pelo Fuller Theological Seminary. Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Mestre em Teologia pelo Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos - ISEDET. Graduado em Teologia - Seminário Teológico de Londrina. *E-mail:* luiz.rossi@pucpr.br.

\*\*\* Doutorando em Teologia pela PUCPR. Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Teologia - Faculdades Batista do Paraná e MBA em Gestão em Estratégia Empresarial pela UniDBSCO. Atualmente é diretor, professor e coordenador dos cursos de pós-Graduação Latu Sensu da Faculdade Cristã de Curitiba e professor na mesma Faculdade. *E-mail:* profsandroper@gmail.com

**A** miséria e a violência não eram produtos raros no período persa. A pobreza se fazia acompanhar de fome, violência e escravidão que formavam uma tríade abominável que perseguia homens, mulheres e crianças, empobrecendo-os e deixando-os vulneráveis. Todavia, a tríade do mal não atingia a todos indistintamente, ou seja, eram atingidos preferencialmente aqueles que viviam no limiar entre a vida e a morte. E, enquanto muitos lutam interminavelmente contra as forças da morte, outros, muitos outros, fazem o banquete da fartura. Se nas casas desses encontramos vida, nas casas dos demais encontramos a morte fazendo sua macabra ronda.

Tudo se inicia quando o imperador persa, chamado Ciro, torna público em todo o império um edito anunciando uma forma de colonialismo como estratégia de domínio econômico. No livro de Esdras 1,2-4 encontramos um registro desse edito. Mesmo que em suas primeiras palavras encontremos palavras “piedosas” (“Ciro, rei da Pérsia, decreta: Javé, o Deus do céu, entregou-me todos os reinos do mundo. Ele me encarregou de construir para ele um templo em Jerusalém, na terra de Judá”), devemos produzir uma certa suspeita ideológica, a fim de afirmar que não há gratuidade nos gestos do império. Por trás de cada um dos gestos do imperador Ciro, é possível identificar intenções e movimentações de ordem política e econômica.

## O PESO DO IMPÉRIO PERSA SOBRE OS POVOS CONQUISTADOS

Os persas tomaram o poder das mãos dos babilônios sobre a Mesopotâmia em 539 a.C. Os babilônios outrora se impuseram até mesmo sobre os assírios. A terrível hegemonia assíria ocorreu em 612, quando a Babilônia, após conquistar Nínive, capital da Assíria, assumiu o controle da Mesopotâmia. Nabucodonosor (604-561), seu soberano, “expandiu seu império também em direção ao Egito”. Judá, ao aliar-se ao Egito, resistindo a expansão babilônica, foi sucessivamente deportada e, Jerusalém, terminou destruída em 587. Toda a Jerusalém e Judá foram arrasadas, trituradas na tentativa de impedir a hegemonia dos babilônios. Essa hegemonia, contudo, durou pouco tempo. O declínio de Nabucodonosor aconteceu não muito tempo depois de suas conquistas. Em 550, “os persas derrotaram os medos e tomaram a capital destes”, a cidade de Ecbátana. Em 546 foi a vez da Lídia e, por fim, no ano de 539, a capital babilônica, Babel, recebia Ciro triunfalmente. Foi assim que os persas se assenhoraram da Mesopotâmia (SCHWANTES, 2008, p. 16).

Assim, no período pós-Babilônia, como veremos mais adiante, Judá era uma província com economia predominantemente agrícola e, por isso, não ocupava uma posição estratégica do ponto de vista econômico. Mesmo assim, estava obrigada a pagar os tributos exigidos pelo Império Persa. A miserabilização, contudo, atingia o povo de forma diferente; enquanto a comunidade camponesa vivia na miséria, a elite urbana, que não tinha mais que algumas centenas de pessoas, podia viver de forma diferente (ROSSI, 2020, p. 372).

Os persas conseguiram organizar um “eficiente aparelho imperial de arrecadação de tributos, taxas e impostos”. O sistema provincial juntava “os impostos do contribuinte. Tributação passava a ser uma questão de administração” (SCHWANTES, 2008, p. 17).

Textos datando dos reinados dos últimos reis persas confirmam um padrão persa de tolerância religiosa e de não interferência nas tradições culturais dos povos conquistados. Entretanto – e isto é essencialmente uma inovação persa –, os templos foram obrigados a pagar taxas em espécie ao Império: comida, gado, lã e trabalhadores que eram recrutados regularmente das comunidades de templo que lhes eram subordinadas. Eles deviam ainda fornecer rações de comida aos oficiais locais do Império (LEITH, 2002, p. 285). A motivação política persa pelos povos, pelos grupos étnicos e pelas religiões não era a generosidade. Ao contrário, sua política era guiada por óbvio

interesse próprio. Ao reconciliar o poder central com os sujeitos locais, os persas fortaleceram seu império. Os registros históricos também indicam que os civilizados persas eram capazes de destruir santuários e deportar povos predecessores. Uma abordagem mais judiciosa da história do período reconhece tanto a política tirânica quanto a política de tolerância dos persas. Haveria, sim, por parte do império, a liberdade religiosa bem como sua promoção. Mas não seria possível confundir liberdade religiosa com qualquer possibilidade de crítica à estrutura imperial. Nessa época, a voz de Deus e a voz do imperador assumiam a mesma forma e o mesmo timbre. Palavras e gestos proféticos jamais seriam admitidos. No templo reconstruído, a imagem do Deus do êxodo havia sido reduzida somente a um ponto pálido no escuro.

O período persa foi, certamente, um período marcado por um violento processo de dominação e exploração. Todos os povos subjugados tinham que pagar tributo para que o poder persa central pudesse ser mantido. Isso significa que o poder mundial persa, ou a nova ordem mundial, se engajou numa “saudável” exploração do povo subjugado. De acordo com Briant (2002, p. 393), o método usado por Dario para determinar as fronteiras dos distritos e seus respectivos tributos era muito interessante: “por razões administrativas, as nações vizinhas foram reunidas numa só unidade e os povos mais remotos eram considerados como pertencentes a esta ou àquela nação, conforme a conveniência”. Quanto ao tributo, os povos de uma província eram agrupados e contribuíam juntos. Um distrito era principalmente uma combinação de povos vizinhos. O princípio de Dario quanto ao tributo era simples: cada comunidade no Império tinha que destinar parte de sua produção ao rei dos reis. Isso incluía também povos menos conhecidos, como os habitantes das ilhas do Golfo Pérsico, lugar para onde o rei costumava enviar aqueles que haviam sido retirados de suas casas durante a guerra.

A dependência econômica e política dos judeus potencializava o crescimento de tensões sociais e a estratificação entre o próprio povo, isto é, enquanto alguns poucos membros da província de Yehud conseguiam acumular fortuna e obter posições influentes, colaborando com os persas, a grande maioria da população tinha que se contentar com uma existência marcada pela degradação. Para Briant (2002, p. 810), a elite local tinha ligações fortes com a elite imperial (ou com parte dela). Essa talvez seja uma das razões para a dinastia local e, no geral, os regimes de clientela usufruírem tão longa vida: a autoridade persa ficou, até certo ponto, escondida atrás da tela da pequena nobreza local, que foi incumbida da arrecadação local de tributo e impostos, com a consequência de que qualquer eventual descontentamento por parte dos camponeses se voltava para essa nobreza (como visto em Judá de Neemias). Possivelmente estamos diante de um grupo que representa uma elite econômica e social que pertencia a um círculo muito próximo que gravitava ao redor do centro administrativo persa em Jerusalém.

Estamos diante de comunidades que eram em grande parte economicamente fracas, isto é, famílias que tinham ido à falência, como resultado de pesada carga tributária, ou que corriam o risco de perder sua independência econômica. No início e durante grande parte do período persa, Judá foi o mais pobre, o menos populoso e o mais isolado dos territórios ao redor. Como já foi possível observar, o processo de empobrecimento e de exploração acontecia de forma dupla. A primeira forma de exploração era externa: o Império Persa que dominava a Judeia neste período. A segunda forma de exploração era interna: os ricos comerciantes ligados às famílias dos chefes dos sacerdotes que controlavam o templo e o país. Carter (2003, p. 408) confirma essa situação: “a Síria-Palestina era marcada por uma economia baseada na vila. Suprimentos agrícolas eram extraídos do campo para sustentar tanto a elite urbana quanto a infraestrutura persa mais ampla”. O povo, de fato, se encontrava numa situação incômoda.

Judá era uma província relativamente pequena. Estima-se que a população de Jerusalém na época girava em torno de 10 mil pessoas, aproximadamente. As províncias eram divididas em distritos, debaixo da autoridade de um oficial (Ne 3,14). O novo sistema administrativo trazia consequências bastante amargas para os nativos, uma vez que “eliminava a importância dos velhos clãs e das famílias como unidades locais”. A população, naquela época, em sua maioria trabalhava na agricultura, ainda que morasse nas cidades (ROSSI, 2017).

Nessa época, a Judeia tinha que pagar 350 talentos de prata anuais como tributo ao imperador persa, o que significava “o produto equivalente a 2.100.000 dias de trabalho”. Além dos tributos, a grande maioria das satrapias tinha que “fornecer ao império taxas fixas de cereais, cavalos, mulas, ovelhas, armas, eunucos, moças, meninos e alimentação para as tropas aquarteladas na satrapia” (ROSSI, 2017, p. 16). Dessa forma, podemos ver que apesar de grande parte da população encontrar-se em estado de pobreza, a carga tributária era excessivamente pesada, o que fazia com que aumentasse ainda mais a trincheira de pobres.

Entretanto, os moradores da Judeia não tinham nenhuma mina de prata de cuja exploração eles pudessem tirar o dinheiro de prata exigido. Assim, eles tinham que arranjar o tributo exigido a partir da venda de produtos agrícolas excedentes. Orofino conclui que a economia de Judá era centrada na agricultura de subsistência com excedentes na área de vinho, óleo e produtos pastoris. Sendo uma área de agricultura de subsistência, as famílias geralmente acumulavam pouco excedente de produção que garantia o plantio da próxima safra assim como deviam guardar o necessário para o pagamento das taxas exigidas pelo império. Vivendo neste precário equilíbrio econômico, as famílias dependiam muito das condições climáticas favoráveis que, infelizmente, eram desfavoráveis, tanto por ausência de chuvas regulares quanto por pragas, tais como os gafanhotos. Porém, a quebra da safra não significava automaticamente a isenção das taxas e impostos cobrados pelo império persa. Assim, quebras de safra geram um conseqüente empobrecimento. Se a fome tem pressa, o mesmo pode ser dito da fome do império pelos tributos!

O nível desse tipo de exploração era tal que, a taxa de juros que durante o reinado de Nabucodonosor era da ordem de 10%, atingiu mais de 20% durante o reinado de Ciro e Cambises. Já durante o século V as taxas chegaram a alcançar o patamar de 40% a 50% ao ano, chegando a ordem de 60% na Judeia. Além disso, houve um aumento do comércio de escravos, tendo como “consequência direta” o “processo de endividamento causado pelo sistema tributário persa” (ROSSI, 2017, p. 15,16).

O regime persa fixou um imposto base, em prata, que cada proprietário tinha que pagar ao imperador (cfe. Neemias 5,4). Todavia, Kippenberg (1988, p. 50) traz à luz uma informação fundamental ao afirmar que, como vimos, na Judeia não havia mina de prata, nem uma produção considerável de manufaturados – comparável, por exemplo, à cerâmica da olaria ática –, o peso da administração dos valores recolhidos pelo Estado recaía totalmente sobre os agricultores. Isso significava que os camponeses tinham que diminuir o número de familiares que viviam da renda do campo e se especializar em produtos que davam mais lucro. O que se vendia então era cevada, derivados de oliveira e gado.

O tributo era um mecanismo por meio do qual o Império Persa sugava a vida dos camponeses. Todos os povos que reconheciam a supremacia persa eram obrigados a pagar contribuições em espécie ou em metais preciosos para a autoridade central, sem mencionar os contingentes militares que eles tinham que fornecer em cumprimento a qualquer exigência real. Entretanto, essa relação entre o Império e o povo era intermediada pelo templo de Jerusalém. Era o templo o responsável por arrecadar os produtos agropecuários dos camponeses.

Nesse período, o templo vai se tornando o centro econômico, político e religioso do país. Os sumos sacerdotes, que controlavam o templo, com o tempo vão se tornando mais poderosos. Na verdade, eram eles que executavam a política do Império Persa na Judeia. Uma parte desses produtos era retida no próprio templo e outra parte era vendida para pagar o tributo aos persas. Uma conclusão parece óbvia: essa necessidade premente de vender o produto do campo com o objetivo de obter moedas para o pagamento do tributo levava, conseqüentemente, a agricultura a voltar-se para o mercado. Como mencionamos, deixa-se, portanto, de plantar para a subsistência e passa-se a plantar para o comércio. Desse modo, a bitributação aparece com toda sua força, violência e virulência: tributo cobrado pelo Império Persa e tributo cobrado pelo templo de Jerusalém. Leith (2002, p. 298-299) é essencial para explicar este ponto:

Para o persa, o Templo em Jerusalém, assim como os templos em outros lugares, devia contribuir com várias formas do tributo para o estado: receitas, mercadorias e serviços. Os procuradores judeus dos persas que controlavam o templo eram responsáveis por levantar este tributo de uma população local que já lutava para pagar aos persas o dízimo e a coleta anual (Neemias 5). As importantes famílias sacerdotais também administravam os recursos materiais e fiscais que se acumulavam no Templo como parte do sistema de sacrifícios. Assim, quem controlava o templo de Jerusalém, também participava de modo significativo da atividade econômica local e usufruía de alta posição social e econômica. Assim como a elite social, a comunidade do Templo podia ditar os termos para uma pessoa de fora se candidatar a ser membro de seu grupo e assim, dividir seus privilégios (LEITH, 2002, p. 298-299).

Portanto, diante do que foi mencionado até aqui, percebemos que o período persa foi um período “marcado por um violento processo de dominação e exploração” (ROSSI, 2017, p. 19).

## VIOLÊNCIA E POBREZA: A DOR EM PERSPECTIVA

No livro de Neemias (5,1-5) encontramos o relato de um intenso conflito social. Aqueles que trabalham na reconstrução descobrem que seus irmãos judeus estão sendo deixados na miséria. As mulheres acabam protestando, já que as economias do lar e as crianças estão diretamente envolvidas. Há um clamor em vista de que, os devedores, como trabalhadores estão expostos ao perigo lado a lado com os ricos que irão sufocá-los. O princípio fundamental da legislação hebraica era a distribuição inalienável da propriedade privada entre as pequenas famílias. Os credores tinham direito ao benefício de usar a propriedade, mas não podia ultrapassar sete ou, no máximo, quarenta e nove anos (Dt 15,1s; Lv 25,10).

Assim, essa descrição revela um conflito social extremamente duro, refletindo um grito de e por justiça das mulheres contra seus irmãos judeus, caracterizados por uma profunda inconsciência social. A dor da fome, a visão dos filhos e filhas sendo escravizados e a dívida que aumentava se intensifica quando se percebe que a totalidade dessas tragédias vem acompanhada da ausência completa de solidariedade daqueles que deveriam se comportar como irmãos. Afinal, não se pode esperar solidariedade da política imperial. Impérios nascem, se desenvolvem a partir da conquista e dos corpos de milhares de vítimas que são mortalmente subjugadas; mas o que dizer da solidariedade entre irmãos?

O povo pobre, sobretudo as mulheres, começou a protestar fortemente contra seus irmãos judeus. Uns diziam: “Fomos obrigados a vender os nossos filhos e filhas para comprar

trigo, e assim comer e não morrer de fome”. Outros diziam: “Passamos tanta fome que precisamos hipotecar nossos campos, vinhas e casas para conseguir trigo”. Outros ainda: “Tivemos que pedir dinheiro emprestado, penhorando nossos campos e vinhas, para podermos pagar os impostos ao rei”. Pois bem! Nós somos iguais aos nossos irmãos, e nossos filhos são como os filhos deles! Apesar disso, somos obrigados a sujeitar nossos próprios filhos e filhas à escravidão. Algumas de nossas filhas já foram reduzidas à escravidão, e não podemos fazer nada, pois nossos campos e vinhas já pertencem a outros (Ne 5, 1-5).

As mulheres pobres do povo protestavam diante da trágica existência vivida porque tinham que vender seus filhos como escravos a fim de que tivessem o que comer, além de hipotecar seus campos e vinhas para pagar o tributo imperial. O protesto das mulheres pobres ecoa na história o clamor dos escravos no Egito que se dirigiam a Javé pedindo libertação. Elas, assim, atualizam a teologia do êxodo a partir do sofrimento causado pela dor da fome. Se o alimento já não existe, a voz do protesto é construída como a principal narrativa que busca a superação da miséria. Assim, o sujeito historicamente oprimido torna-se um sujeito que assume seu próprio discurso.

Em face desse conflito, Neemias parou de coletar o imposto do rei. Mas, o problema principal estava na relação entre o rico, que emprestava dinheiro a juros aos pobres, levando-os a passar fome. Dessa forma, o processo de empobrecimento não consistiu apenas na carga tributária imposta pelo Império Persa; de fato, o papel do tributo serviu para acelerar algo que já existia nas relações de classe entre os próprios judeus: de um lado os ricos, de outro lado os pobres (ROSSI, 2017, p. 24).

Trata-se, sem dúvida, de um período de grande miserabilização do povo como até então não se conhecia. Porém, o texto é muito claro ao indicar que há dois ambientes sociais e econômicos, ou seja, os gritos das mulheres pobres alcançavam os ouvidos de uma elite que vivia muito bem mesmo com a presença do império! A aristocracia da classe dirigente de Judá possuía, certamente, um projeto político-econômico, que representava os interesses do império. A fim de bem entendermos o conflito socioeconômico que se estabeleceu entre o povo de Deus, gerando de um lado fome, dívida e escravidão e, de outro lado, fartura e bem-estar, se faz necessário algumas reflexões econômicas, que são baseadas na belíssima pesquisa de doutorado de Francisco Orofino.

O salário de um dia de trabalho, em toda a área mediterrânea ocupada pelos persas, era em torno de um quarto de siclo de prata. Ou seja, cerca de três gramas de prata ao dia. Mais tarde esta quantia foi padronizada numa moeda grega chamada dracma. Dados econômicos abrangendo os reinados de Xerxes e de Artaxerxes I, mostram que no território persa o salário de um trabalhador ligado às terras de um determinado proprietário, mas que não era escravo, recebia um salário de 2 siclos de prata ao mês. Esta quantia geralmente era dada não em moedas, mas em espécies. Os trabalhadores livres poderiam receber cerca de 8 siclos de prata ao mês. Mas em época normal de trabalho o salário era reduzido para 3 a 4 siclos de prata ao mês. No entanto, os historiadores afirmam também que este nível salarial existia apenas no território metropolitano do império. Nas satrapias esta quantia, provavelmente, era muito reduzida. E, não nos esqueçamos, de que o povo de Deus fazia parte de uma satrapia denominada Transeufratênia.

Orofino (1998) apresenta uma tabela de preços relativa à época que estudamos: na tabela é possível verificar que o preço de um carneiro era de 3 siclos de prata, e que uma medida com cerca de dez litros de vinho custava em torno de um siclo. Os dados econômicos nos permitem ter uma ideia do consumo de uma pessoa rica, como Neemias – que era o governador –, a partir dos dados de consumo presentes no texto de estudo. O texto nos mostra que a quantia exigida pelo *pão do governador* (Ne 5,14) deveria ser bastante alta. Afinal, em apenas um dia – mas que se repetia

todos os dias -, havia na mesa de Neemias e de seus convidados “*um boi, seis ovelhas gordas, aves em abundância. De dez em dez dias se renovava com fartura o estoque de toda espécie de vinho*” (Ne 5,18). Vemos que os gastos diários chegavam à quantia aproximada de 50 siclos diários ou cerca de 600 g de prata. Se somarmos tudo, veremos que durante seu governo de doze anos, Neemias teria consumido cerca de 2628 kg de prata apenas para manter sua mesa. Fazendo outra conta, teria consumido cerca de 4300 cabeças de gado e 26300 ovelhas.

O quadro abaixo retrata, de uma forma simples, a relação de alimentos que presumidamente fazia parte das estruturas de poder. Em 1 Reis 5 estamos diante da monarquia tributária de Salomão e em Neemias 5,18 percebemos a estrutura de poder ao redor do governador Neemias:

Quadro 1: A relação de alimentos que fazia parte das estruturas de poder

<b>1 Reis 5</b> = tributo que o palácio recebia diariamente	<b>Neemias 5,1-5</b> = o grito que revela o vazio no estômago	<b>Neemias 5,18</b> = mesa farta todos os dias para 150 pessoas em meio à violência da fome
13 ½ toneladas de flor de farinha		
27 toneladas de farinha comum		Vinho com fartura
10 bois de estábulo		1 boi
20 bois de pasto		
100 carneiros		6 ovelhas gordas
Veados, gazelas, antílopes, aves de viveiro.		Muitas aves

Ora, se o texto afirma que existia gente passando fome, também apresenta informações de que, durante este mesmo período, o governador – Neemias - tinha condições de sustentar diariamente cento e cinquenta pessoas (cfe. Neemias 5,18). Esta comparação mostra a concentração de riquezas na província de Judá onde, justamente, se encontrava o povo de Deus. Mas seria a mesa farta apenas um privilégio de Neemias ou poderíamos pensar também na fartura das mesas dos notáveis, dos funcionários, dos sacerdotes e dos oficiais? Convém lembrar que este quadro era ainda agravado pelos impostos cobrados pelo império. Manter o fluxo de tributos devidos ao império era uma das principais missões de um governador persa. O desequilíbrio na distribuição da riqueza forçava as famílias empobrecidas a pedirem empréstimos para sobreviver.

No mesmo período persa podemos localizar o livro de Jó e, em seu capítulo 24, o autor inicia com uma lista que denuncia diversos atos violentos contra os pobres (vv. 2-4). O tema desse trecho poderia ser: “os miseráveis e os atos de violência sofridos por eles”. Aqui já vemos realçados os sofredores da comunidade judaica oprimida: órfão, viúva, indigente e pobres da terra. Junto com eles, aparecem os bens materiais necessários à sua subsistência e que, exatamente por isso, mereciam a proteção: os marcos das divisas (2a) e os animais (rebanhos). Os pobres e seus bens aparecem na posição de objeto das ações violentas, enquanto o sujeito ainda permanece oculto. Os pobres da terra são mencionados em 4b (GRENZER, 2005, p. 20).

A perda da liberdade econômica é, em primeiro lugar, evidenciada pelo ato de mudança dos marcos das divisas (*gebūlôt yáśšîgû*), claramente proibido em Deuteronômio 19,14 (além de Dt 24,17; 27,17; Os 5,10; Pr 22,28; 23,10). Esses limites eram considerados sagrados, porque definiam que a terra garante condições de vida digna a uma família. Diminuir ou retirar essas condições é o mesmo que violar seus direitos básicos. Por isso, a Lei lançava uma maldição para aquele que deslocasse a divisa do seu vizinho (Dt 27,17: “*Maldito quem encolhe os limites do terreno do vizinho*”).

Ao lado da perda da propriedade, encontramos a perda da posse do rebanho (*'ēder*) em Jó 24,2b, que se trata de gado menor e gado maior, cordeiros e bois. O gado estava ligado diretamente à subsistência da pessoa, incluindo alimento e vestes. A Lei também proibia a cobiça do gado alheio (Ex 20,17; Dt 5,21), o que dizer quando se tira o gado alheio do próximo? (GRENZER, 2005, p. 22).

Em seguida (ainda em vv. 2-4) o texto destaca dois grupos particulares de pessoas ameaçadas economicamente; agora a atenção recai sobre os órfãos e as viúvas, dois dos corpos sociais destacados acima. Os opressores levam embora o jumento dos órfãos (*yatôm*) e o boi da viúva (*'almānāh*). Os órfãos e as viúvas, uma vez que perderam seu principal defensor jurídico, pais e marido respectivamente, colocam-se entre os menos protegidos. É por isso que a cultura oriental em geral e o antigo Israel em particular, colocam esse grupo debaixo da assistência da comunidade e da caridade que deve ser exercida por aqueles que são economicamente mais fortes. A sequência típica do Deuterônimo corresponde também a órfão e viúva (Dt 10,18; 14,29; 16,11. 14: 24,17.19.20.21; 26,12.13; 27,19) (SCHÖKEL, 1971, p. 116). A mesma sequência irá ocorrer novamente em nosso texto (órfão Jó 24,9 e viúva em 24,21) (GRENZER, 2005, p. 24-26).

A primeira ocorrência da dupla viúva e órfão (*'almānāh* e *yatôm*) na Bíblia Hebraica, está em Ex 22,22 (21 no Texto Massorético) e já se trata da proibição de afligir e maltratar esses grupos vulneráveis. O contexto é o da proteção devida aos desamparados; estrangeiros, viúvas, órfãos e pobres em geral. Noth já observava se tratar de preceitos apodícticos e não casuísticos, ou seja, são fundamentais à Lei de Israel, não se trata de uma dedução dela. Israel deve cuidar da viúva e do órfão, porque Yahweh cuida deles: faz parte da natureza de Deus (COLE, 2008, p. 168).

O problema da pobreza é algo que muitas vezes se coloca como um tema difícil de ser tratado. Quando nos debruçamos sobre os textos da Bíblia, rapidamente descobrimos que os diversos livros que a compõem abordam o tema de maneira bastante cuidadosa. É o que tem sido chamado de “opção pelos pobres”. Não podemos negar que a temática dos pobres, viúvas, órfãos e estrangeiros é, de fato, saliente ao longo dos textos sagrados. De fato, a literatura bíblica, notadamente nos profetas, sente e percebe a pobreza como um “escândalo intolerável” e, de igual modo, “como resultado da violência e da injustiça”. Portanto, oprimir consiste em pecado que afronta diretamente a Deus (ROSSI, 2016, p. 11).

Jó 24,4, por exemplo, chama atenção para os indigentes (*'ebyôn*) e pobres da terra (*'aniyyē-'arets*). Em suas 61 ocorrências na Bíblia Hebraica, 31 vezes o conceito de pobre (indigente) ocorre ao lado de oprimido. Nosso texto repete a dupla em 24,14, mas em ordem inversa, o “pobre e o indigente” (*'aniy we'ebiyôn*) (SCHÖKEL, 1971, p. 116). É digno de nota a quantidade de vezes que o texto de Jó combina os conceitos técnicos para tratar do tema da pobreza (GRENZER, 2005, p. 21, 22).

O indigente (*'ebyôn*) é literalmente o necessitado, oprimido. Refere-se a pessoas virtualmente desamparadas, os jornaleiros (diaristas) do mundo antigo, completamente dependentes da caridade alheia para a sua sobrevivência. O pobre (*'ānī*) – humilde, pobre, oprimido, descreve pessoas sem-terra que, por isso, precisam de proteção econômica, principalmente numa cultura agrícola. Ambos os grupos são pessoas socialmente dependentes de alguém de grande prestígio e poder. Por vezes, justamente essa dependência é a causa da opressão, no sentido de que a pessoa foi empobrecida, a fim de que outra pessoa pudesse angariar riqueza e poder (VANGEMEREN, 2011, p. 222). Relembremos que esse é exatamente o contexto da província de Judá no período persa.

Assim, encontramos os pobres e carentes sendo destroçados de suas condições fundamentais de existência econômica (Jó 24,2.3) e tendo seus direitos negados de forma violenta (v. 4b) (SCHWIENHORST-SCHÖNBERGER, 2011, p. 125). A condição social dos pobres é caracterizada pela fome e pelo frio. Depois de terem perdido todos os seus recursos alimentares e a mão-de-obra,

aqueles que sobrevivem parecem esconder-se dos ricos e poderosos. Apesar de seus muitos esforços, descritos em Jó 24,5-12, eles sequer conseguem alimentos para seus filhos. A ideia da procura (*shāhār*) por alimento desde o amanhecer (v.5) prepara o insucesso à tarde (TERRIEN, 1994, p. 198). A procura não passa de uma mera intenção fracassada de encontrar alimento.

Os pobres chegam a ser comparados com asnos selvagens (v.5a – *perā*). Como uma espécie de desterro da vida urbana: recordemos a figura de Ismael “como um asno selvagem” (Gn 16,12) e a de Esaú (Gn 27,39-40) (SCHÖKEL, 1971, 117). Trata-se de animais que “junto a demônios de todo o tipo, habitam cidades e regiões após estas últimas terem caído em ruínas”; servem, portanto, para descrever a mísera existência dos pobres e a sua busca por alimentos. Os pobres estão “nus por falta de roupa, e não têm coberta para se proteger” (v. 7)<sup>1</sup>. Mais que isso, ficam “molhados com as chuvas das montanhas” (v. 8).

Dessa maneira, o autor descreve os pobres nos altos das montanhas, nus, ofegando como os chacais. O leitor de Jó está familiarizado com o asno selvagem no deserto (6,5; 14,6 39,5s) e com a zurraria dele como imagem da fome. Também em Eclo 13,19 o asno selvagem é símbolo do pobre oprimido pelo rico (“No deserto os asnos selvagens são a presa dos leões, e os pobres são a presa dos ricos”) e em Sl 104,10s e Jó 39,5-8, usa-se a imagem do asno para abordar a atuação libertadora de Deus em favor dos necessitados (GRENZER, 2005, p. 34-36). Portanto, levando em conta o Eclesiástico, parece que a situação de opressão e empobrecimento como resultado da ação violenta dos ricos sobre os pobres, permanece pelo menos até o período helênico, quando este último livro foi redigido.

Como sobrevivente de uma catástrofe militar, os pobres tentam desesperadamente se manter livres, vagueando pelas cavernas nos altos das montanhas (TERRIEN, 1994, p. 198). Os pobres sofrem com a necessidade de perambular em busca do alimento ou com a real possibilidade de não o ter (Jó 27,14). O destino reservado para o ímpio e violento (Jó 15,20), torna-se realidade na vida do pobre e oprimido pelo violento e ímpio (GRENZER, 2005, p. 37).

Em síntese, o sujeito de toda a afirmação parece ser os “humilhados da terra”. Os pobres são atingidos por aquilo que, segundo os amigos de Jó, estava reservado aos ímpios. O ímpio, parece ser o verdadeiro proprietário do campo onde, flagelados pela fome, esses humilhados da terra respiram secretamente<sup>2</sup>, num cenário no qual “Arrancam o órfão do peito materno e penhoram quem é pobre” (Jó 24,9) (SCHWIENHORST-SCHÖNBERGER, 2011, p. 125).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunidade pós-exílica Judá era uma província com economia agrária e, ainda assim, viu-se forçada a pagar os tributos exigidos pelo Império Persa. O contexto do livro de Neemias e, de igual modo, do livro de Jó, faz parte de uma época de grande miséria para a maior parte dos moradores da província. A elite urbana, todavia, vivia de maneira totalmente oposta.

A classe pobre na província era formada por comunidades economicamente fracas. Dessa forma, o grito das mulheres em Neemias e Jó se apresentam como o paradigma dos muitos camponeses pobres e oprimidos, espoliados pela elite urbana de sua época. A experiência de Jó, descrita em poesia, parece ser dirigida a pessoas que haviam perdido suas terras, rebanhos e qualquer outro meio de subsistência; chegando mesmo à escravidão. É por isso que aquele grito “que revela o vazio do estômago”, e os lamentos de Jó, se colocam como um retrato da vida da maioria dos camponeses. Eles perderam todas as suas posses como resultado da opressão externa, por meio do Império Persa, e da opressão interna, infringida por seus próprios irmãos judeus integrantes daquela elite

urbana; até mesmo com o apoio da classe sacerdotal. Além disso, mesmo entre a classe camponesa empobrecida surgem conflitos e violência.

A inocência que Jó reivindica ao longo de todo o livro, ajuda-nos a compreender a inocência de um povo oprimido e crente em relação à sua situação de dor e de morte que lhes foi imposta. Jó coloca uma pauta através de seu protesto veemente, seu descobrimento do compromisso concreto com o pobre e com todo aqueles que sofrem injustamente (ASENSIO, 1994, p. 174). O grito das mulheres, que ecoava o Êxodo, agora ecoa através dos séculos o grito de milhões de mulheres, mães, viúvas. Jó não se queixa apenas de seu sofrimento. Ele ergue sua voz em favor dos pobres. Sua condição de miséria promove uma abertura em direção à miséria alheia. Ele se sente unido especialmente a todos os oprimidos de sua época. Eles gritam por socorro, mas parecem não obter resposta alguma (Jó 24,12). Em seu sofrimento, Jó compartilha o padecimento dos camponeses espoliados e, assim, coloca-se na linha da tradição bíblica. Jó 24 trata-se de uma voz que se levanta como um pedido de socorro de toda uma comunidade.

E como vai o Brasil? Qual é a situação da população desse país continental? Em que situação encontramos a mesa daqueles e daquelas que habitam no “Celeiro do mundo”<sup>3</sup>? A província persa do pós-exílio serve de paradigma para avaliarmos a atual situação de milhares de brasileiros e brasileiras.

Os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (VIGISAN)<sup>4</sup>, coletados nas 27 unidades da Federação entre novembro de 2021 e abril de 2022, constataam uma restrição quantitativa aos alimentos em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome, ou seja, em situação de Insegurança Alimentar grave<sup>5</sup>. Esse percentual aponta para o alarmante número de 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com Insegurança Alimentar e mais de 33 milhões em situação de Insegurança Alimentar grave. Em domicílios rurais a desigualdade de acesso aos alimentos se manifesta de maneira mais intensa; 18,6% deles enfrentam a fome em seu cotidiano. Levando em conta as questões geográficas, o relatório constatou que 25,7% das famílias em Insegurança Alimentar grave residem na região Norte; 21,0%, no Nordeste. Infelizmente, a fome é uma realidade em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo; além disso ela atinge “mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda”<sup>6</sup>.

Uma das causas mais comuns dessa situação, é aquela do desemprego e subemprego, ou o trabalho informal; neles, as necessárias seguranças institucionais são alarmantes. De acordo com a “Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil” teria “14 milhões de desempregados em 2022, podendo cair em 2023 para 13,6 milhões”<sup>7</sup>.

Refletindo esse tema, o Papa Francisco, na sua mensagem para a 6ª. Jornada Mundial dos Pobres, proferida em novembro de 2022, já afirmava que: “Quando a única lei passa a ser o cálculo do lucro no fim do dia, então deixa de haver qualquer freio na adoção da lógica da exploração das pessoas: os outros não passam de meios. Deixa de haver salário justo, horário justo de trabalho e criam-se novas formas de escravidão, suportada por pessoas que, sem alternativa, devem aceitar este veneno de injustiça a fim de ganhar o mínimo para comer”<sup>8</sup>.

Os sofrendores das comunidades ainda são os mesmos: órfão, viúva, indigente e pobres da terra. A proteção aos desamparados, estrangeiros, continua sendo precária.

Qual a missão da Igreja em meio à fome que se espalha sobre grande parte do mundo? Ouvimos as vozes dos famintos de hoje ecoando pela história assim como ouvimos os gritos das mulheres pobres no livro de Neemias, Jó, e dos escravos no Egito?

A Campanha da Fraternidade de 2023 retoma essa temática: “Fraternidade e Fome”. O Texto-base faz lembrar a voz do Cristo “Dai-lhes vós mesmos de comer!” (Mt 14,16). A ordem de Jesus

convida à responsabilidade mútua. A atitude de Jesus é bastante semelhante à ação libertadora do evento Êxodo. A presença dos discípulos apresenta a tarefa mediadora entre Jesus e a multidão. Deus contempla “a multidão dos seus filhos e sente compaixão pelas dores que eles sofrem” (CNBB, 2022, p. 67,68). De igual modo, é essa a compaixão que toca o coração do Cristo. Mas, ele quer também que os mediadores assumam sua responsabilidade.

Portanto, o chamado à responsabilidade como um imperativo para o círculo dos discípulos, continua sendo o chamado à responsabilidade para os discípulos e as discípulas de hoje, que assistem a uma multidão que, no lugar de milhares, já ultrapassa os milhões que padecem pela fome causada pela injustiça social.

#### FAMINE AND VIOLENCE AGAINST THE POOR IN THE PERSIAN PERIOD: AN ANALYSIS OF NEHEMIAH 5:1-5 AND JOB 24

*Abstract: while a minority enjoyed abundance, hunger, violence, and enslavement plagued the poor communities in the Persian period. Judah, the poorest of the surrounding territories, suffered from a process of impoverishment and double exploitation. The tribute levied by the Persian Empire, added to the tribute levied for the temple in Jerusalem, appears in all its strength and violence. The article wants to show that the books of Nehemiah and Job, portray the intense social conflict of the period. The widow, the orphan and the poor are the main victims. The pain of hunger, the sight of their sons and daughters being enslaved and the increasing debt intensifies when one understands that to the totality of these tragedies is added the absence of solidarity from those who should behave as brothers and sisters. The echo of the women who protested at that time, echoes in history the clamor of the slaves in Egypt, updating the theology of the exodus. The voices of poor women in the books of Nehemiah and Job echo the “intolerable scandal” that is seen in the “Barn of the world,” where the care for the orphan, the widow, the destitute, the poor, and the foreigner continues to be precarious. In this sense, the article proposes to reflect on the mission of the Church in the midst of the hunger that is spreading; in the midst of the clamor of the hungry of today, in the year in which the Fraternity Campaign takes up the theme: “Fraternity and Hunger”, remembering Christ’s imperative: “Give them something to eat yourselves” (Mt 14:16). The command in which Jesus invites to mutual responsibility is still an imperative for the circle of disciples today.*

Keywords: *Violence. Poverty. Hunger. Fraternity*

#### Notas

- 1 A roupa tomada como penhor do pobre deveria ser devolvida antes do anoitecer (Ex 22,25).
- 2 A respeito do respigar veja Lv 10,10, Dt 24,21 e o livro de Rute.
- 3 Fazemos referência ao *slogan* que surgiu durante a era Vargas (1935-1947), “que incentivou o avanço das fronteiras agrícolas, processo que se concretizou no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970: “Brasil, celeiro do mundo”. Hoje esse é um fato em plena consolidação”, afinal, nosso país é, de fato, “um dos principais produtores/exportadores de alimentos do mundo. São, em média, 43 milhões de hectares destinados à agricultura e à pecuária (Vida Pastoral, n. 350. São Paulo: Paulus, 2023, p. 7).
- 4 Publicado em 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).
- 5 Insegurança alimentar leve: há incerteza quanto o acesso alimentar. Queda na qualidade da comida é usada como estratégia para evitar declínio em quantidade.
- 6 Insegurança alimentar moderada: há redução quantitativa no consumo entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação.

- 7 Insegurança alimentar grave: há redução quantitativa também entre as crianças. É nesta etapa que a família é identificada em situação de fome (IBGE, 30/07/2021 *In* CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Campanha da Fraternidade 2023: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2022, p. 32).
- 8 Insegurança alimentar leve: há incerteza quanto o acesso alimentar. Queda na qualidade da comida é usada como estratégia para evitar declínio em quantidade.
- 9 Disponível em: 7 <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-tera-14-milhoes-de-desempregados-em-2022-diz-oit/Disponível> em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/poveri/documents/20220613-messaggio-vi-giornatamondiale-poveri-2022.html>

## Referências

- ASENSIO, V. M. *Libros sapienciales y otros escritos*. Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino, 1994.
- BRIANT, P. *From Cyrus to Alexander: a history of the Persian Empire*. Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 2002.
- CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Campanha da Fraternidade 2023: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2022.
- CARTER, C. E. *Syria-Palestine in the Persian period in near Eastern archaeology*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2003.
- COLE, R. A. *Êxodo: introdução e comentário*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2008.
- GERSTENBERGER, E. *Leviticus*. Louisville: Westminster John Knox Press, 1996.
- GRENZER, M. *Análise poética da sociedade: um estudo de Jó 24*. São Paulo: Paulinas, 2005. – (Coleção exegese).
- GRENZER, M. *O projeto êxodo*. São Paulo: Paulinas, 2004. (Bíblia e História).
- KIPPENBERG, H. G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- LEITH, M. J. W. Israel among the nations: the Persian period. *In*: COOGAN, M. D. *The Oxford history of the biblical world*. Cambridge, MA: Oxford University Press, 2002. p. 276-316.
- Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Antigo Testamento*. São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda; Paulus, 2007.
- OROFINO, F. *A Anistia de Neemias: Uma Leitura de Ne 5 à Luz dos decretos de Anistia dos reis Mesopotâmicos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2000.
- ROSSI, L. A. S. *A origem do sofrimento do pobre*. São Paulo: Paulus, 2017.
- ROSSI, L. A. S. *In*: Miquéias: memórias libertadoras de um líder camponês. *In*: ROSSI, L. A. S. (org.). São Paulo: Paulinas, 2016. Coleção pão da palavra.
- ROSSI, L. A. S. Judá no período persa. *Revista Pistis Prax.*, Teol. Pastor. Curitiba, v. 12, n. 2, p. 371-390, maio/ago. 2020. p. 371-390.
- SCHWIENHORST-SCHÖNBERGER, L. *Um caminho através do sofrimento: o livro de Jó*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SCHWANTES, M. *Ageu*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- TERRIEN, S. *Jó*. São Paulo: Paulus, 1994. (Coleção grande comentário bíblico).
- VANGEMEREN, W. A. *Novo dicionário internacional de teologia e exegese*; traduzido por Equipe de colaboradores da Editora Cultura Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- VIDA PASTORAL. março-Abril de 2023, número 350. São Paulo: Paulus, 2023.